



**MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E  
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA  
- ANO DE 2019 -**

---

**MUNICÍPIO DE MOURA**



## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	PROCEDIMENTOS EFETUADOS .....	3
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
3.1	Balanço .....	6
3.2	Notas ao Balanço .....	8
3.3	Demonstração de Resultados.....	25
3.4	Notas à Demonstração de Resultados.....	26
4.	ENDIVIDAMENTO .....	37
5.	CONTROLO ORÇAMENTAL.....	38
6.	EQUILÍBRIOS ORÇAMENTAL .....	47
7.	CONTROLO INTERNO .....	48
8.	FACTOS SUBSEQUENTES.....	49
9.	RELATÓRIO DE GESTÃO .....	50
10.	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE .....	50
11.	CONCLUSÕES.....	50
11.1	Reservas.....	50
11.2	Ênfases.....	50
11.3	Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações).....	51
12.	AGRADECIMENTOS.....	53





AV

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2º do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE MOURA**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 22 de junho de 2020.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

## 2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:





AV

- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2019, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspecionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
  - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
  - Transferências e subsídios correntes;
  - Custos com Pessoal;
  - Outros custos operacionais;
  - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
  - Ajustamentos para riscos e encargos;
  - Custos Financeiros;
  - Custos Extraordinários;
  - Vendas e Prestações de Serviços;
  - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;





A

- Proveitos e Ganhos Financeiros;
- Proveitos e Ganhos Extraordinários;

- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como a situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
<b>ATIVO</b>				
<b>Imobilizado</b>				
Bens do Domínio Público	32 239 417	26 226 515	-6 012 902	-18,7%
Imobilizações Incorpóreas	284 069	350 116	66 047	23,3%
Imobilizações Corpóreas	44 146 265	44 131 429	-14 836	0,0%
Investimentos Financeiros	44 329 507	44 254 844	-74 663	-0,2%
Total	<b>120 999 258</b>	<b>114 962 903</b>	<b>-6 036 355</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Circulante</b>				
Existências	336 137	343 182	7 045	2,1%
Dívidas de Terceiros				
Empréstimos Concedidos	12 597	11 847	-750	-6,0%
Clientes c/c	71 774	97 844	26 071	36,3%
Contribuintes c/c	6 582	11 412	4 830	73,4%
Utentes c/c	40 990	910	-40 080	-97,8%
Clientes cob. Duvidosa	104 509	18 923	-85 586	-81,9%
Estado e O. Entes Públicos	250 700	246 294	-4 406	-1,8%
Outros Devedores	300 288	290 385	-9 903	-3,3%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	197 932	542 511	344 579	174,1%
Caixa	2 899	2 043	-855	-29,5%
Total	<b>1 324 408</b>	<b>1 565 352</b>	<b>240 943</b>	<b>18,2%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Proveitos	1 332 952	1 277 851	-55 101	-4,1%
Custos Diferidos	354 355	194 063	-160 292	-45,2%
Total	<b>1 687 307</b>	<b>1 471 913</b>	<b>-215 394</b>	<b>-12,8%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>124 010 973</b>	<b>118 000 168</b>	<b>-6 010 805</b>	<b>-4,8%</b>





Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Próprios</b>				
Património	198 180 397	198 183 567	3 170	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	2 073 768	1 760 117	-313 651	-15,1%
Subsídios	446 915	446 915	0	0,0%
Doações	290 227	290 227	0	0,0%
Resultados Transitados	-91 930 430	-96 866 628	-4 936 198	5,4%
Resultado Líquido do Exercício	-4 931 685	-5 509 132	-577 447	11,7%
Total	<b>104 129 193</b>	<b>98 305 067</b>	<b>-5 824 126</b>	<b>-5,6%</b>
<b>Passivo</b>				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	48 236	86 380	38 144	79,1%
Dívidas a Inst. Financeiras	3 781 979	2 788 075	-993 903	-26,3%
Fornecedores c/c	1 452 455	1 401 858	-50 597	-3,5%
FAM	26 774	0	-26 774	-100,0%
Total	<b>5 309 444</b>	<b>4 276 314</b>	<b>-1 033 130</b>	<b>-19,5%</b>
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	723 330	996 433	273 102	37,8%
Adiantamentos por conta de Vendas	5 000	5 000	0	0,0%
Fornecedores c/c	582 549	797 968	215 420	37,0%
Fornecedores - Fat. em rec. e conferência	117 793	43 827	-73 966	-62,8%
Clientes e utentes c/ Cauções	4 050	6 125	2 075	51,2%
Fornecedores Imobilizado c/c	157 242	201 326	44 084	28,0%
Estado e O. Entes Públicos	97 368	126 244	28 876	29,7%
Outros Credores	199 564	163 573	-35 991	-18,0%
FAM	53 549	26 774	-26 774	-50,0%
Total	<b>1 940 445</b>	<b>2 367 270</b>	<b>426 826</b>	<b>22,0%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Custos	1 288 854	1 538 192	249 339	19,3%
Proveitos Diferidos	11 343 038	11 513 324	170 286	1,5%
Total	<b>12 631 892</b>	<b>13 051 517</b>	<b>419 625</b>	<b>3,3%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>19 881 780</b>	<b>19 695 101</b>	<b>-186 679</b>	<b>-0,9%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>124 010 973</b>	<b>118 000 168</b>	<b>-6 010 805</b>	<b>-4,8%</b>





### 3.2 Notas ao Balanço

#### I- ATIVO

##### 3.2.1 Imobilizado

- O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2018, por comparação com o ano de 2019:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	32 239 417	26 226 515	-6 012 902	-18,65%
Imobilizações Incorpóreas	284 069	350 116	66 047	23,25%
Imobilizações Corpóreas	44 146 265	44 131 429	-14 836	-0,03%
Investimentos Financeiros	44 329 507	44 254 844	-74 663	-0,17%
<b>Totais</b>	<b>120 999 258</b>	<b>114 962 903</b>	<b>-6 036 355</b>	<b>-4,99%</b>

- Das nossas análises verificámos relativamente aos Bens de Domínio Público que:
  - No decréscimo líquido do ano, incluem-se amortizações do exercício no valor de 6.483.964 euros, pelo que o Imobilizado bruto subiu no ano de 2019.
  - No saldo foram também incluídas transferência de imobilizado que estava em curso. Por cumprir os requisitos para ser reconhecido como imobilizado firme, nomeadamente reabilitação de Torre do Relógio na Amareleja.
  - O saldo do imobilizado em curso, registou um decréscimo, em 2019 de 492.263 euros, sendo o saldo a 31/12/2019 de 452.932 euros. Deve no decorrer de 2020 ser analisado, para verificar se já estão cumpridos os requisitos para serem reconhecidos como ativo firme, nomeadamente a reabilitação do Bairro do Carmo.
  - Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto e concluímos que todos os movimentos de 2019 foram reconhecidos no Património.
  - Verificámos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que a variação nos mapas corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício.
  - Verificámos e validámos cerca de 92% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções/regularizações a efetuar pelo Município.





AV

**3. Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo:**

1. O acréscimo líquido do ano, no montante de 66.047 euros contempla:
2. Aquisições do ano, abates, Transferência de imobilizado que estava em curso e reconhecimento de trabalhos para a própria entidade.
3. Existem projetos, que não estão a ser amortizados. Deverão ser analisados em 2020 e regularizados, de acordo com o novo normativo contabilístico.
4. Importa também referir, com a entrada em vigor do SNC-AP em 2020, devem ser avaliados os itens que correspondem à definição de gastos e de ativos, por forma a que sejam reclassificados de acordo com a norma dos ativos intangíveis, nomeadamente o imobilizado que se encontra em curso.
5. Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto e concluímos que, todos os movimentos de 2019, foram reconhecidos no Património.
6. Verificámos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que, a variação nos mapas corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício e diminuição proveniente do abate de bens já totalmente amortizados.
7. Verificámos e validámos cerca de 100% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções/regularizações a efetuar pelo Município.

**4. Relativamente ao Imobilizado Corpóreo:**

1. O decréscimo líquido do ano contempla Amortizações do exercício no montante de 864.959 euros, pelo que sendo a variação líquida de -14.836 euros, significa que houve investimento no ano.
2. Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto tendo concluído que, todos os movimentos de 2019 foram reconhecidos no Património.
3. Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade, e concluímos que, a variação nos mapas, corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício e a diminuições provenientes de alienações.





4. É necessário rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate que deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.
5. Verificámos e validámos cerca de 92% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções/regularizações a efetuar pelo Município.

**5. Investimentos Financeiros:**

1. A rubrica de investimentos financeiros, compreende partes de capital em empresas locais e multimunicipal, associações, empresa comercial e o Fundo de Apoio Municipal.
2. O Município reconhece as suas participadas, e de acordo com o ponto 8.2.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, ao método do custo (Resialentejo EIM) e ao método da equivalência patrimonial (COMOIPREL, LÓGICA, CONTENDA).
3. O método de reconhecimento da participada RESIALANETJO EIM, conforme nota 8.2.16 do Anexo às Demonstrações Financeiras, foi alterado em 2019 do método da equivalência patrimonial para o método do custo.
4. No decorrer de 2020, e tendo em consideração a aplicação do novo normativo contabilístico, o reconhecimento da participada deve ser avaliado, para aferir se deve manter o método do custo ou se deve alterar para o método da equivalência patrimonial de acordo com a NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.
5. De acordo com ponto 2.1.6 das notas ao balanço e demonstração de resultados as participadas cumprem com o artigo 62º da Lei 50/2012 e não relevam para o endividamento do Município de acordo com o artigo 54º da Lei 73/2013 de setembro.
6. A entidade COMOIPREL passará a adotar o SNC-AP a partir de 2020.





### 3.2.2 Circulante

#### 3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

Sub - Rubricas	Saldos em €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Materiais diversos	346 250	366 368	20 118	5,81%
Consumos para Máquinas e Viaturas	59 772	43 326	-16 445	-27,51%
Provisões depreciação de existências	-69 884	-66 513	3 372	-4,82%
<b>Total</b>	<b>336 137</b>	<b>343 182</b>	<b>7 045</b>	<b>2,10%</b>

- c) No decurso do nosso trabalho, solicitámos aos serviços do Município as listagens de existências valorizadas com referência a 31 de dezembro de 2019, as quais confirmam o valor apresentado nas demonstrações financeiras.
- d) Após a análise à antiguidade de bens em inventário constatou-se que existem diversos bens sem rotação nos últimos anos. O seu montante é de 56.744 euros, a provisão constituída pelo Município é de 66.513 euros. Assim a provisão poderá estar sobreavaliada em cerca de 9.500 euros, facto que deve ser avaliado em 2020.
- e) No decorrer de 2020 devem ser analisados os procedimentos para tratamento contabilístico dos autoconsumos de águas e perdas/quebras na rede, por forma a que sejam devidamente reconhecidas.
- f) Validámos o saldo da conta.

#### 3.2.2.2 - Empréstimos Concedidos

- a) Refere-se a empréstimos concedidos ao abrigo de parcerias com o BES para apoio às microempresas:

Titulares	Saldos em		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Carlos Manuel Ramos Pinto	1 455	1 455	0	0,00%
Maria Alexandra Ferreira Torrado	2 194	1 594	-600	-27,35%
Luís Miguel Simão Infante	7 499	7 499	0	0,00%
Manuel Estevão Marques Martins	1 449	1 299	-150	-10,35%
<b>Total em dívida</b>	<b>12 597</b>	<b>11 847</b>	<b>-750</b>	<b>-5,95%</b>





- b) Deve no decorrer de 2020, ser avaliada a recuperabilidade dos saldos que compõem a conta, para reconhecer ou não imparidade, de acordo com o novo normativo contabilístico a adotar.
- c) Pela irrelevância do saldo e apesar de b) validámos os saldos apresentados.

### **3.2.2.3 - Clientes c/c, Contribuintes c/c e Utentes c/c**

- a) A conta apresenta um saldo de 129.089 euros, referente a:

	Saldos em €		
	31/12/2018	31/12/2019	Variação €
Clientes c/c	71 774	97 844	26 071
Contribuintes c/c	6 582	11 412	4 830
Utentes c/c	40 990	910	-40 080
<b>Total</b>	<b>119 346</b>	<b>110 166</b>	<b>-9 179</b>
Cobrança Duvidosa	340 117	354 837	14 720
Provisões para cobranças duvidosas	-235 608	-335 914	-100 306
<b>Total</b>	<b>104 509</b>	<b>18 923</b>	<b>-85 586</b>
<b>Total</b>	<b>223 855</b>	<b>129 089</b>	<b>-94 766</b>

- b) O saldo da receita por cobrar reflete divergência para a rubrica patrimonial "clientes/contribuintes/utentes", que deve ser analisada e regularizada em 2019. O saldo orçamental apresenta um saldo superior, nas rubricas 01"impostos diretos"; 02"impostos indiretos"; 04"taxas" e 07"venda de bens e serviços correntes". Com a entrada em vigor do SNC-AP esta situação deve ser regularizada.
- c) O saldo de clientes encontra-se reconhecido como cobrança duvidosa em cerca de 76%, sendo que, aproximadamente 315 mil euros, correspondem a dívida superior a 12 meses, o que reflete a sua reduzida recuperabilidade.
- d) O reforço líquido de provisão no ano foi de 100.306 euros de acordo com o critério definido no POCAL.
- e) De acordo com a RGTEL, o prazo de prescrição para as taxas e maior parte dos outros tributos administrados pelas autarquias locais é de 8 anos e, no que aos serviços de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos diz respeito, o prazo reduz para 6 meses.
- f) Estes são os prazos que o Município deve ter presente para não correr o risco de perder receita própria. Importa ainda referir que "a paragem dos processos de reclamação, impugnação e





A

execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição".

#### **3.2.2.4 - Clientes Cobranças Duvidosas**

A conta é representada no quadro acima, que validámos.

#### **3.2.2.5 - Estado e Outros Entes Públicos**

- a) Trata-se de saldos de IVA a recuperar, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
IVA	250 700	246 294	-4 406	-1,76%
<b>Total</b>	<b>250 700</b>	<b>246 294</b>	<b>-4 406</b>	<b>-1,76%</b>

- b) O Município apresenta um montante de IVA a recuperar/reportar de 246.294 euros. O saldo deveria ser auditado no decorrer de 2020 para aferir da sua recuperabilidade.
- c) Porque a nota descrita em b) é irrelevante, validámos o saldo da conta.

#### **3.2.2.6 - Outros Devedores**

- a) A conta apresenta um saldo de 290.385€, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Devedores Diversos	300 288	290 385	-9 903	-3,30%
<b>Total</b>	<b>300 288</b>	<b>290 385</b>	<b>-9 903</b>	<b>-3,30%</b>

- b) No conjunto, com a conta de outros Credores, circularizámos 83% do saldo.
- c) Mantem-se imutável o saldo da conta 2688 "Outros devedores" no montante de 133.2310 euros, deve no decorrer de 2020, ser avaliada a sua recuperabilidade para concluir sobre a sua possível imparidade.
- d) Os saldos de adiantamento por conta de vendas e de devedores por alienação de imobilizado devem ser regularizados.





- e) Face à irrelevância de c), e d), validámos o saldo da conta.

### 3.2.3 Disponibilidades

#### 3.2.3.1 – Caixa

- a) O saldo de caixa é de 2.043 euros.
- b) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros, pelo que validamos o saldo da conta.

#### 3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor €
Caixa Geral De Depósitos, S.A.	271 502
Caixa Central - Caixa Central De Crédito Agrícola	219 161
Millennium BCP	764
Banco BPI, SA	6 912
Banco Santander Totta, SA	3 258
Novo Banco, S.A.	38 478
Banco Montepio	2 436
<b>Total</b>	<b>542 511</b>

- b) Testamos todas reconciliações de dezembro e verificamos os movimentos em aberto.
- c) À data de 31 de dezembro de 2019 o valor global dos movimentos em reconciliação é de cerca de 266.373 euros e respeitam, na sua grande maioria, a movimentos de dezembro reconciliados em janeiro de 2020.
- d) Validámos os saldos da conta.





### 3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

- a) Verificámos os valores estimados para acréscimos e diferimentos registados pelo Município e aceitamos os mesmos.
- b) Trata-se de área com bons procedimentos, por parte dos serviços.

#### 3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos a reconhecer no próprio exercício, por serviço/venda realizado ou impostos a receber, mas sem documentação vinculativa.
- b) No ano de 2019 tiveram uma variação negativa de 55.101 euros (4,13%), conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Juros a receber	0	0	0	-
AP Contrato Água em alta	0	0	0	-
Outros acréscimos de proveitos	1 332 952	1 277 851	-55 101	-4,13%
<b>Total</b>	<b>1 332 952</b>	<b>1 277 851</b>	<b>-55 101</b>	<b>-4,13%</b>

- c) Os outros acréscimos de proveitos incluem-se:
  - a. Impostos diretos 1.105.796€
  - b. Águas Saneamento e Resíduos 113.344€
  - c. Diversos 58.711€
- d) O valor de acréscimos de proveitos inclui a especialização de impostos diretos (IMT, IUC, IMI), e abastecimento de água, a receber em 2020, mas em que o proveito é de 2019.
- e) Verificámos os valores estimados para acréscimos de proveitos registados pelo Município, que validámos.

#### 3.2.4.2 - Custos Diferidos

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.
- b) Elevaram-se no ano de 2019 a 194.063 euros, conforme quadro:





Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Juros de acordos	302 375	149 761	-152 615	-50,47%
Outros custos diferidos	51 979	44 302	-7 677	-14,77%
<b>Total</b>	<b>354 355</b>	<b>194 063</b>	<b>-160 292</b>	<b>-45,23%</b>

- c) A rubrica contempla, essencialmente o diferimento de juros de acordo de regularização da dívida com a água publicas do Alentejo, com prazo de vencimento de 2019 a 2022.
- d) Validámos o saldo da conta.

## II- PASSIVO

### 3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

#### 3.2.5.1 - Provisões para Outros Riscos e Encargos

- a) Foi confirmado, junto do advogado do Município, a existência de situações litigiosas.
- b) O montante de provisões para processo judiciais em euros é de 86.380 euros, tendo sido reforçadas em 38.144 euros de acordo com informação dos advogados e a percepção do Município, tendo em conta o grau de probabilidade de virem a existir contingências financeiras para o Município.
- c) Estão a decorrer 4 processos contraordenacionais em que as coimas poderão compreender o intervalo entre os 12.000 euros a 35.000 euros. Não existe informação disponível sobre a probabilidade de contingência financeira para o Município.
- d) Estão a decorrer 24 processos judiciais, em que os créditos reclamados atingem cerca de 450.000 euros. Uma vez que não existe informação fiável sobre a probabilidade de ocorrer contingência financeira para o Município, optou-se por não reforçar a provisão existente, relativamente a esses processos.





### **3.2.5.2 - Dívidas a Instituições Financeiras**

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 3.784.508 euros (inclui Curto e ML Prazo), através da análise da informação que obtivemos de três fontes de informação - DGAL, Banco Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
- b) Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários existentes a 31/12/2019, e o seu comparativo com o final do ano de 2018 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Ref <sup>a</sup>	Valor em €		Variação	
		31/12/2018	31/12/2019	€	%
<b>Não Exencionados</b>					
CGD	CGD/026/887/0019	0	0	0	#DIV/0!
CGD	CGD/321/087/0019	159 095	79 868	-79 227	-49,8%
CCAM	CCAMGI/58006885255	54 975	0	-54 975	-100,0%
CCAM	CCAMGI - Const. 47 Fogos	259 994	194 995	-64 998	-25,0%
BES	BES - 0770018313	553 453	474 388	-79 065	-14,3%
BPI	Emp. n.º 2221963,035,001	303 244	236 644	-66 600	-22,0%
BPI	Emp. n.º 222196383003	1 204 412	1 089 495	-114 917	-9,5%
Santander	Santander 0032.00495295140	106 935	86 935	-20 000	-18,7%
Santander	Santander 0032.00495295160	338 958	308 958	-30 000	-8,9%
Santander	Santander 0032.00495396090	156 037	142 037	-14 000	-9,0%
Santander	Santander 0032.00495396060	122 353	102 353	-20 000	-16,3%
<b>Exencionados</b>					
CGD	CGD 023/387/0019	21 325	15 994	-5 331	-25,0%
CCAM	59 028 977 828	94 012	56 407	-37 605	-40,0%
IFD Regional	REDE ÁGUAS-FEDER-000642	395 082	0	-395 082	-100,0%
IFD Regional	REAB URB CENTRO HISTÓRICO	12 103	0	-12 103	-100,0%
<b>Médio e Longo Prazo</b>		<b>3 781 979</b>	<b>2 788 075</b>	<b>-993 903</b>	<b>-26,3%</b>
<b>Curto Prazo</b>		<b>723 330</b>	<b>996 433</b>	<b>273 102</b>	<b>37,8%</b>
<b>Total (Curto e ML Prazo)</b>		<b>4 505 309</b>	<b>3 784 508</b>	<b>-720 801</b>	<b>-16,0%</b>

- c) No quadro, o valor apresentado inclui o passivo de curto prazo estimado em 996.433 euros e o de Médio e Longo Prazo 2.788.075 euros. A amortização de curto prazo está refletida no balanço.
- d) Da análise do quadro verifica-se que o Passivo bancário diminuiu cerca de 16% (720.801 euros).
- e) O Mapa de empréstimos da prestação de contas reconcilia com o saldo da rubrica patrimonial
- f) Validámos os saldos da conta.





### 3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

#### 3.2.6.1 - Cauções

- a) Trata-se de cauções no valor de 6.125 euros para Clientes, Contribuintes e Utentes, que validámos.
- b) Estes saldos de garantias e cauções devem ser analisados em 2020 por forma a verificar a sua razoabilidade.

#### 3.2.6.2 - Fornecedores

- a) O saldo respeita a:

Rubricas	Saldos em €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Fornecedores				
Conta corrente	582 549	797 968	215 420	36,98%
Fornecedores c/c/ Acordo - águas	1 452 455	1 401 858	-50 597	-3,48%
Forn. Fat. Receção e Conf.	117 793	2 085	-115 708	-98,23%
<b>Total</b>	<b>2 152 796</b>	<b>2 201 912</b>	<b>49 115</b>	<b>2,28%</b>

- b) No decorrer da nossa auditoria circularizámos 25 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 10 respostas, das quais 6 foram concordantes com os saldos do Município e 4 discordantes.
- c) Para as respostas discordante foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças. Apenas relativamente aos terceiros EDP, RESIALENTEJO e MANOLO & COSTA, é que permanecem diferenças não materiais, que deverão ser analisadas e regularizadas em 2020.
- d) As restantes entidades que não responderam foram os seus saldos reconciliados com procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- e) O total do saldo circularizado corresponde a 90% do saldo a 31/12/2019 o que nos permite concluir pela exatidão do saldo apresentado.
- f) No decorrer de 2020, devem ser analisados os saldos que se mantém imutáveis, por razões não imputáveis ao Município, no montante de cerca de 13 mil euros, nomeadamente por insolvência dos terceiros, por forma a aferir da sua razoabilidade.





- g) O saldo de faturas em receção e conferencia deve ser analisado em 2020 por forma a que não esteja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.
- h) Existem pagamentos em atraso. No entanto verificou-se uma redução no ano dos mesmos de 88%, sendo que em 31/12/2019 assumiam o valor de 4.931 euros.
- i) Validámos o saldo da conta.

#### **3.2.6.3 - Estado e Outros Entes Públicos**

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 126.244 euros. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
IRS	37 066	36 237	-828	-2,23%
Restantes Impostos	638	723	84	13,17%
Segurança Social	59 664	89 285	29 621	49,65%
<b>Total</b>	<b>97 368</b>	<b>126 244</b>	<b>28 876</b>	<b>29,66%</b>

- b) Foram analisadas as Certidões de não dívida da Autoridade Tributária, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tendo-se confirmado que o Município tem a sua situação tributária e contributiva regularizada à data de 31 de dezembro de 2019.
- c) Os saldos em aberto a 31/12/2019 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2020.
- d) Na análise efetuada à rubrica de Estado e Outros Entes Públicos não foram detetadas distorções materiais, pelo que validámos o saldo da conta.

#### **3.2.6.4 - Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores**

- a) Os valores são os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Fornec. Imobilizado c/c	157 242	201 326	44 084	28,04%
Fornec. Imobilizado - faturas em conferência	0	41 742	41 742	-
Pessoal	0	0	0	-





A/C

Sindicatos	523	0	-523	-100,00%
Credores Diversos	199 041	190 347	-8 694	-4,37%

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Adiantamentos por conta de vendas	5 000	5 000	0	0,00%

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Fundo Apoio Municipal - CP	53 549	26 774	-26 774	-50,00%
Fundo Apoio Municipal - MLP	26 774	0	-26 774	-100,00%
<b>Total</b>	<b>80 323</b>	<b>26 774</b>	<b>-53 549</b>	<b>-66,67%</b>

- b) No decorrer da nossa auditoria circularizámos 27 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 10 respostas, das quais 7 foram concordantes com os saldos do Município e 3 discordantes.
- c) Para as respostas discordante foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças. Apenas relativamente ao terceiro CANANA & FILHOS, é que permanecem diferenças não materiais, que deverão ser analisadas e regularizadas em 2020.
- d) As restantes entidades que não responderam os seus saldos foram reconciliados com procedimento alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- e) O total do saldo circularizado corresponde a 83% do saldo a 31/12/2019 o que nos permite concluir pela exatidão do saldo apresentado.
- f) Validámos o saldo da conta.

### 3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

#### 3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:





AV

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	938 066	909 136	-28 930	-3,08%
Gás propano	15 389	0	-15 389	-100,00%
Outros acréscimos de custos	335 399	629 057	293 658	87,55%
<b>Total</b>	<b>1 288 854</b>	<b>1 538 192</b>	<b>249 339</b>	<b>19,35%</b>

- c) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias e seus encargos de 2019 a liquidar em 2020.
- d) O saldo de acréscimos de custos corresponde essencialmente a remunerações a liquidar e a prestações de serviços.
- e) O acréscimo do ano diz respeito, essencialmente, ao reconhecimento do contrato programa de 2019 com a COMOIPREL, no montante de 285 mil euros.
- f) De acordo com o POCAL a conta 273 serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Apenas os documentos emitidos em 2020 cumprem a definição atrás. Os documentos de 2019 devem ser registados em contas a pagar.
- g) Validámos o saldo da conta.

### 3.2.7.2 - Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Absoluta	%
Orçamento do Estado	1 619 968	1 439 658	-180 310	-11,13%
Subsídios da UE para Investimentos				
FEDER III QCA	207 807	142 494	-65 314	-31,43%
FEDER QREN	9 321 082	9 737 456	416 373	4,47%
FEDER QREN - ENERGAS RENOVÁVEIS	5 002	3 752	-1 251	-25,00%
FEDER FUNDO TURISMO	189 178	187 741	-1 437	-0,76%
Outros proveitos diferidos	0	2 224	2 224	-
<b>Total</b>	<b>11 343 038</b>	<b>11 513 324</b>	<b>170 286</b>	<b>1,50%</b>

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

AV

- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, e encontram-se associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do immobilizado
- d) Validámos os saldos da conta.





### III-FUNDOS PRÓPRIOS

#### 3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Património	198 180 397	198 183 567	3 170	0,00%
Ajustamentos de partes de capital	2 073 768	1 760 117	-313 651	-15,12%
Subsídios	446 915	446 915	0	0,00%
Doações	290 227	290 227	0	0,00%
Resultados Transitados	-91 930 430	-96 866 628	-4 936 198	5,37%
Resultado Líquido do Exercício	-4 931 685	-5 509 132	-577 447	11,71%
<b>Total</b>	<b>104 129 193</b>	<b>98 305 067</b>	<b>-5 824 126</b>	<b>-5,59%</b>

##### 3.2.8.1 - Património

Acrédimo no ano deve-se a acréscimo de ativo de investimentos financeiros.

##### 3.2.8.2 - Ajustamentos de partes de capital

a) Variação referente a ajustamentos de:

Participadas	Valor €		Ajustamento do ano €
	31-12-2018	31-12-2019	
Lógica	1.599.548	1.599.548	0
Comoiprel	-23.718	-23.718	0
Contenda	71.478	71.478	0
Resialentejo	426.459	0	-426.459
Lucros de 2018 não atribuídos	0	113.990	113.990
Variação Capitais Próprios	0	-1.182	-1.182
<b>Total Ajustamentos</b>	<b>2.073.768</b>	<b>1.760.117</b>	<b>-313.651</b>

- b) A variação diz respeito ao desreconhecimento da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial à participada RESIALENTEJO EIM e ao reconhecimento da aplicação do MEP às restantes participadas, conforme nota 8.2.16 do anexo ao Balanço e à DR.
- c) Validámos o saldo da conta.





### ***3.2.8.3 - Subsídios***

Manteve o valor de 2018.

### ***3.2.8.4 - Doações***

Manteve o valor de 2018.

### ***3.2.8.5 - Resultados transitados***

Relativamente a 2018 esta conta teve uma variação negativa de 4.936.198 euros, que derivam da aplicação de resultados do ano de 2018 (-4.931.685 euros) e a outros ajustes de exercícios anteriores levadas a esta conta, nomeadamente e conforme referido no ponto 8.2.28 do anexo ao Balanço e à DR.

### ***3.2.8.6 - Resultados Líquidos***

Trata-se dos Resultados apurados na DR que foram negativos em 5.509.132 euros.





### 3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2018	31/12/2019	2018	2019
<b>Custos e Perdas</b>				
CMVMC	1 355 045	1 626 297	6,4%	7,3%
FSE	3 785 593	4 202 333	17,8%	18,8%
Pessoal	6 803 917	6 980 659	32,0%	31,3%
Transferências e Subs. Concedidos	933 840	970 363	4,4%	4,3%
Amortizações do exercício	7 464 305	7 423 376	35,1%	33,3%
Provisões do exercício	92 579	138 451	0,4%	0,6%
Outros Custos e Perdas Operacionais	118 081	153 963	0,6%	0,7%
Custos e Perdas Financeiros	156 253	188 829	0,7%	0,8%
Custos e Perdas Extraordinários	556 109	632 785	2,6%	2,8%
<b>Total Custos</b>	<b>21 265 722</b>	<b>22 317 055</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Vendas e Prestações de Serviços	1 439 592	1 506 236	8,8%	9,0%
Impostos e Taxas	2 595 943	2 365 504	15,9%	14,1%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	83 462	10 854	0,5%	0,1%
Proveitos Suplementares	32 844	50 434	0,2%	0,3%
Transferências e Subs. Obtidos	10 132 282	11 137 291	62,0%	66,3%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	51 832	0	0,3%	0,0%
Proveitos e ganhos Financeiros	1 087 904	855 328	6,7%	5,1%
Proveitos e ganhos Extraordinários	910 176	882 275	5,6%	5,2%
<b>Total Proveitos</b>	<b>16 334 036</b>	<b>16 807 923</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultados</b>	<b>-4 931 685</b>	<b>-5 509 132</b>		





### 3.4 Notas à Demonstração de Resultados

#### 3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rúbricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
  - Proposta de aquisição de serviço;
  - Cabimento;
  - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
  - Adjudicação;
  - Compromisso;
  - Requisição/nota de encomenda;
  - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
  - Autorização do pagamento;
  - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

##### 3.4.1.1 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos cerca de 81% do movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
  - Materiais diversos, e,
  - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.
- d) O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Existências Iniciais	325 205	336 137	10 933	3,36%





/

Compras	1 365 978	1 633 341	267 364	19,57%
Existências Finais	336 137	343 182	7 045	2,10%
<b>CMVMC</b>	<b>1 355 045</b>	<b>1 626 297</b>	<b>271 252</b>	<b>20,02%</b>

- e) O acréscimo diz respeito ao aumento do custo com aquisição de água para abastecimento.
- f) A componente fixa relativa à aquisição de água às Águas Publicas do Alentejo, pela sua natureza deveria ser reconhecida como transferências de capital na conta 69 "Custos e Perdas Extraordinárias".
- g) No final, validámos os custos do exercício nesta rubrica.

#### **3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos**

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2018 para 2019:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Subcontratos	944 640	1 241 146	296 506	31,39%
Eletricidade	493 381	285 594	-207 787	-42,11%
Rendas e Alugueres	68 581	101 563	32 981	48,09%
Comunicação	128 607	134 370	5 764	4,48%
Seguros	69 565	72 740	3 175	4,56%
Honorários	46 256	26 393	-19 863	-42,94%
Conservação e reparação	152 038	185 760	33 722	22,18%
Publicidade e Propaganda	32 535	29 920	-2 615	-8,04%
Limpeza Higiene e Conforto	81 715	37 727	-43 988	-53,83%
Vigilância e Segurança	89 675	69 957	-19 718	-21,99%
Trabalhos Especializados	142 276	92 494	-49 782	-34,99%
Outros fornecimentos e serviços	1 460 411	1 833 138	372 727	25,52%
Restantes	75 914	91 532	15 618	20,57%
<b>Total</b>	<b>3 785 593</b>	<b>4 202 333</b>	<b>416 740</b>	<b>11,01%</b>

- b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente a 2018, cerca de 11%, com especial incidência nas rubricas:
  - i) Outros fornecimentos e serviços, com aumento de 25,52%;
  - ii) Subcontratos, aumento de 31,39%;
  - iii) Conservação e reparação, aumento de 22,18%.
- c) Verificamos e validamos cerca de 81% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções a efetuar pelo Município.





- d) No decorrer de 2020, devem ser analisados os contratos programas com as entidades participadas, para aferir do seu reconhecimento como fornecimentos e serviços ou como transferenciais correntes, de acordo com o novo normativo contabilístico.
- e) Validámos o saldo da conta.

#### **3.4.1.3 - Custos com Pessoal**

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2018 para 2019:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2018	31-12-2019	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	200.449	201.965	1.516	0,76%
Remunerações ao Pessoal	5.000.376	5.195.812	195.436	3,91%
Pensões	-13.545	6.420	19.965	-147,40%
Encargos sobre remunerações	1.110.481	1.165.487	55.006	4,95%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	73.238	98.487	25.249	34,48%
Outros custos com o pessoal	432.918	312.488	-120.430	-27,82%
<b>Total</b>	<b>6.803.917</b>	<b>6.980.659</b>	<b>176.742</b>	<b>2,60%</b>

- b) Esta rubrica contempla, no essencial, as remunerações ao pessoal e respetivos encargos a cargo da entidade patronal. Relativamente a esta rubrica, verificou-se um aumento de 2,6% face ao ano de 2018.
- c) Verificamos a concordância global, entre os valores registados como custos comparativamente aos valores da remunerações e abonos processados no ano, não tendo detetado distorções materiais.
- d) Conciliámos os saldos da patrimonial e orçamental e não detetamos distorções materiais
- e) Validámos os saldos da conta.

#### **3.4.1.4 - Transferências e Subsídios Concedidos**

- a) Diz respeito a transferências para diversas entidades e famílias, como as Juntas de Freguesias, associações de Municípios, associações desportivas e culturais, entre outras. Aumentaram, relativamente a 2018, em 3,91%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Administração Autárquica	168 857	156 383	-12 474	-7,39%
Instituições sem fins lucrativos	506 453	522 381	15 928	3,15%





Famílias	152 156	257 456	105 300	69,20%
Assembleias distritais	40 223	20 609	-19 614	-48,76%
Outros	1 818	13 534	11 716	644,27%
Subsídios correntes concedidos	12 500	0	-12 500	-100,00%
Apoios Sociais por Serviços Municipais	51 832	0	-51 832	-100,00%
<b>Total</b>	<b>933 840</b>	<b>970 363</b>	<b>36 524</b>	<b>3,91%</b>

- b) O acréscimo diz respeito ao aumento de transferências para as famílias.
- c) Verificamos e validamos cerca de 77% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d) O custo referente a transferências correntes deve ser reconhecido no ano a que diz respeito, independentemente do seu pagamento ocorrer de forma faseada em anos seguintes.
- e) No final validamos os custos apresentados na rubrica.

#### **3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais**

- a) A rubrica contempla, sobretudo, custos relacionados com taxas diversas, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Impostos e taxas	118 081	147 408	29 327	24,84%
Outros	0	6 555	6 555	-
<b>Total</b>	<b>118 081</b>	<b>153 963</b>	<b>35 882</b>	<b>30,39%</b>

- b) Tiveram um aumento de cerca de 30,4% em 2019.
- c) Verificamos e validamos cerca de 73% dos movimentos da conta, não tendo detetado anomalias. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d) Validámos o valor da conta.





AP

### **3.4.1.6 - Amortizações**

- a) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma não se distancia dos valores assumidos relativamente a 2018.
- b) O seu valor é constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Bens do Domínio Público	6 558 002	6 483 964	-74 038	-1,13%
Imobilizações Incorpóreas	65 034	74 453	9 419	14,48%
Imobilizações Corpóreas	841 269	864 959	23 690	2,82%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>7 464 305</b>	<b>7 423 376</b>	<b>-40 929</b>	<b>-0,55%</b>

- c) Validamos o saldo da conta.

### **3.4.1.7 - Provisões**

- a) Foram criadas provisões no ano para cobrança duvidosa e para depreciação de existências conforme quadro abaixo:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	92 579	100 306	7 727	8,35%
Para riscos e encargos	0	38 144	38 144	-
<b>Total</b>	<b>92 579</b>	<b>138 451</b>	<b>45 872</b>	<b>49,55%</b>

- b) De acordo com informações obtidas, foi reforçada a provisão para processos judiciais em curso, conforme nota na análise às provisões (ponto 3.2.5.1 deste relatório).
- c) Com as condicionantes constantes do ponto atrás referido aceitámos o saldo da conta.

### **3.4.1.8 - Custos e perdas financeiras**

- a) A rubrica compreende juros relativos a empréstimos bancários e outros serviços bancários e amortizações de investimentos financeiros.
- b) Decompõem-se em:





/

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Juros suportados	62 726	105 202	42 476	67,72%
Amortizações de investimentos em imóveis	83 295	83 598	303	0,36%
Outros	10 232	28	-10 204	-99,73%
<b>Total</b>	<b>156 253</b>	<b>188 829</b>	<b>32 576</b>	<b>20,85%</b>

- d) Verificou-se um acréscimo, no conjunto destes custos, de 2018 para 2019 de 32.576 euros.
- e) O acréscimo do ano diz respeito ao acréscimo de juros de acordos com fornecedores.
- f) Verificámos e validámos cerca de 85% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- g) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2018.
- h) Validámos os movimentos da conta.

#### **3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários**

- a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	460 872	548 471	87 599	19,01%
Dívidas incobráveis	0	0	0	-
Perdas em existências	17 210	14 747	-2 463	-14,31%
Perdas em imobilizações	76 872	3 985	-72 887	-94,82%
Multas e penalidades	3 006	6 978	3 972	132,15%
Aumentos de amortizações e de provisões	-2 106	0	2 106	-100,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	0	36 098	36 098	-
Outros	255	22 506	22 251	8722,08%
<b>Total</b>	<b>556 109</b>	<b>632 785</b>	<b>76 676</b>	<b>13,79%</b>

- b) A conta respeita a transferências para diversas entidades como Juntas de Freguesia, associações desportivas e culturais entre outras, e ao reconhecimento de abates.
- c) Verificamos e validámos cerca de 86% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d) A variação do ano diz respeito ao acréscimo de transferências para juntas.





- e) Os custos devem ser reconhecidos no ano a que dizem respeito, independentemente do seu pagamento ocorrer em anos seguintes.
- f) Validámos o saldo da conta.

### 3.4.2 Proveitos

#### 3.4.2.1 - Vendas e Prestações de serviços

- a) Relativamente a 2018, existe um aumento de cerca de 5%, o que, em valor absoluto, se traduziu em 66.644 euros.
- b) A rubrica contempla essencialmente as receitas de água, saneamento e resíduos sólidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
<b>Vendas</b>				
Mercadorias - Água	703 251	635 245	-68 006	-9,67%
Eletricidade	2 424	3 736	1 312	54,11%
Livros e Documentação Técnica	916	4 762	3 846	419,63%
<b>Prestação de Serviços</b>				
Saneamento	407 189	380 120	-27 068	-6,65%
Resíduos Sólidos	328 256	325 075	-3 181	-0,97%
Transporte de pessoas e mercadorias	14 211	14 425	214	1,51%
Trabalho conta particulares	30 508	28 581	-1 927	-6,32%
Cemitérios	7 749	7 502	-247	-3,19%
Mercados e feiras	29 982	16 558	-13 424	-44,77%
Parques de Estacionamento	6 906	7 455	549	7,94%
Serv. Sociais, Recreativos, Culturais e de Desp.	78 258	72 886	-5 372	-6,86%
Aluguer de espaços e de equipamentos	1 139	696	-442	-38,84%
Vistorias e ensaios	5 175	5 322	146	2,83%
Outros Serviços	1 491	6 246	4 755	318,94%
Restituições	-3 096	-2 328	768	-24,81%
Anulações	-174 766	-45	174 721	-99,97%
<b>Total</b>	<b>1 439 592</b>	<b>1 506 236</b>	<b>66 644</b>	<b>4,63%</b>

- c) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes, tendo validado os seus movimentos.
- d) No final validámos e aceitámos o saldo da conta.





### **3.4.2.2- Impostos e Taxas**

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
<b>Impostos</b>				
IMI	1 220 220	1 059 410	-160 811	-13,18%
Imposto Circulação	280 064	294 325	14 261	5,09%
IMT	495 097	487 375	-7 722	-1,56%
Derrama	512 070	445 973	-66 096	-12,91%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>19 003</b>	<b>31 564</b>	<b>12 562</b>	<b>66,10%</b>
<b>Taxas</b>				
Mercados e Feiras	2 834	26	-2 808	-99,07%
Loteamentos e Obras	23 204	26 369	3 165	13,64%
Ocupação da via pública	3 764	5 693	1 929	51,26%
Outras	44 037	41 384	-2 653	-6,02%
Reembolsos e restituições	-4 350	-26 616	-22 266	511,86%
Anulações	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>2 595 943</b>	<b>2 365 504</b>	<b>-230 439</b>	<b>-8,88%</b>

- b) Verificaram-se baixas relativamente a 2017:

- No IMI 13,18%,

- Na Derrama 12,91%,

e subidas em:

- Nos Impostos indiretos 66,10%,

- No IUC 5,09%.

- c) Esta rubrica comprehende as receitas decorrentes, na sua maioria, dos impostos diretos que representam 97% do saldo.
- d) Comparamos os valores apresentados com as certidões obtidas da Autoridade Tributária e Aduaneira e concluímos que os proveitos estão corretamente reconhecidos.
- e) No cômputo geral, a rubrica teve um decréscimo de cerca de 9%, relativamente a 2018.
- f) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.
- g) No final validámos os saldos.





### **3.4.2.3 - Proveitos Suplementares**

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Reembolsos e restituições	-10 598	-1 396	9 202	-86,83%
Anulações	-17	-11 529	-11 511	67043,51%
Outros Proveitos Suplementares	43 459	63 359	19 900	45,79%
<b>Total</b>	<b>32 844</b>	<b>50 434</b>	<b>17 590</b>	<b>53,56%</b>

- b) Analisámos os movimentos.
- c) Validámos o saldo da conta.

### **3.4.2.4 - Transferências e Subsídios Obtidos**

- a) São contabilizados nesta conta:

- i) As transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 - Subsídios para investimentos.
- ii) Os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

- b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
FEF corrente	8 279 381	8 738 313	458 932	5,54%
Fundo Social Municipal	320 912	320 912	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	206 158	196 118	-10 040	-4,87%
Outras Transferências Correntes OE	351 173	412 133	60 960	17,36%
Transferências de capital	919 931	1 266 523	346 592	37,68%
Fundos e Serviços Autónomos	38 841	107 526	68 684	176,83%
Administrações privadas	0	3 725	3 725	-
Exterior	15 885	92 042	76 157	479,42%
<b>Total</b>	<b>10 132 282</b>	<b>11 137 291</b>	<b>1 005 010</b>	<b>9,92%</b>

- c) No cômputo geral, tiveram um acréscimo em 2019, relativamente a 2018, de 10%.
- d) Confirmamos o saldo desta rubrica com as certidões de receita enviada pelas entidades.





- e) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

#### **3.4.2.5 - Trabalhos para a própria entidade**

Durante o ano de 2019 foram apenas reconhecidos 10.854 euros de trabalhos para a entidade. No entanto, o Município considera necessário melhorar a qualidade proveniente da contabilidade de custos. Por esse motivo os proveitos poderão estar subavaliados.

#### **3.4.2.6 - Proveitos e Ganhos Financeiros**

- a) A conta inclui Juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Juros Obtidos	15	11	-4	-27,39%
Rendimentos de imóveis	924 178	721 664	-202 513	-21,91%
Rendimentos de participações de capital	163 711	133 653	-30 059	-18,36%
Outros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>1 087 904</b>	<b>855 328</b>	<b>-232 576</b>	<b>-21,38%</b>

- b) Esta rubrica contempla a renda dos terrenos concessionados à EDP e o reconhecimento do proveito relativo à aplicação do método da equivalência patrimonial.
- c) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

#### **3.4.2.7 - Proveitos Extraordinários**

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2018	31/12/2019	Nominal	%
Ganhos em Existências	14 059	58 596	44 537	316,78%
Ganhos em imobilizações	8 027	500	-7 527	-93,77%
Benefícios de penalidades contratuais	3 549	3 711	162	4,56%
Reduções de amortizações e provisões	14 126	3 526	-10 600	-75,04%
Correções relativas a exercícios anteriores	49 740	4 068	-45 672	-91,82%
Outros	820 676	811 874	-8 801	-1,07%
<b>Total</b>	<b>910 176</b>	<b>882 275</b>	<b>-27 901</b>	<b>-3,07%</b>





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

AK

- b) A rubrica outros contempla os proveitos relativos ao reconhecimento de proveitos com subsídios ao investimento (721.351 euros) e regularização de inventário (58.596 euros).
- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- d) Validámos os saldos apresentados.





## 4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2019)									Variação da dívida de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro (%)	Variação do excesso de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem				
(11)	(12)	(13)=[11]+(12)	(14)	(15)	(16)=[13]-(14)-(15)	(17)=[16]-(7)+(10), se (16)>(1) ou (18)=[1]-[16], se (16)<(1) ou (19)=[16]/(7)-1, se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1) (20)=[17]/(8)-1, se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(18)=[1]-[16], se (16)<(1) ou (19)=[16]/(7)-1, se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1) (20)=[17]/(8)-1, se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	-11,36%		(21)=[10]-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]	
6 512 398	567	6 512 965	100 598	26 774	6 385 593						3 362 047

- a) O quadro transcrito acima reflete a situação do município em 31/12/2019, conforme relatórios da DGAL, que cumpre o limite de dívida total, tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- b) Relativamente ao final de 2019, a dívida diminuiu cerca de 11,3%.
- c) A margem disponível por utilizar é de 3.362.047 euros.
- d) Analisámos os pressupostos e bases de cálculo e não foram detetadas distorções relevantes.
- e) Atendendo ao disposto da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e da análise que efetuámos as participadas do Município, concluímos que o Município reconhece corretamente as suas participações.





## 5. CONTROLO ORÇAMENTAL

### 5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores bem como de compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2019 aprovado em Assembleia Municipal, e as modificações e alterações orçamentais introduzidas durante o ano, apresenta-se como se segue:

Tipo	Orçamento Inicial		Orçamento Corrigido	
	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas
Correntes	15 561 062	16 428 077	14 413 773	15 394 753
Capital	6 905 086	6 011 071	5 063 583	3 952 031
Reposições	0	27 000	0	27 000
Saldo de Gerência	0	0	0	103 572
	<b>22 466 148</b>	<b>22 466 148</b>	<b>19 477 356</b>	<b>19 477 356</b>

4. As modificações e alterações orçamentais, relativamente ao orçamento inicial, apresentam uma diminuição de 13,3%.

### 5.2 Fundos Disponíveis

Foram analisados processo de contratação pública por forma a aferir do cumprimento legal e formal dos mesmos.

### 5.3 Contratação Pública

1. Foi conciliação a informação obtida com os dados extraídos do BASEGOV.
2. Não foram detetadas distorções relevantes.





## 5.4 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2018.
2. Em termos de rácios optámos por analisar os seguintes:

Rácios	31/12/2018	31/12/2019
Peso da Receita Própria na Receita Total	28,96%	27,29%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	109,99%	109,57%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	80,94%	80,89%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	19,06%	19,11%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	54,42%	53,39%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	23,55%	23,63%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	5,15%	5,11%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	45,78%	46,25%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:
  - a. O peso da receita própria na receita total continua baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos) depende em muito das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O peso relativo das receitas próprias diminuiu de 28,96% em 2018 para 27,29% em 2019.
  - b. A receita corrente continuou a superar a despesa corrente. No ano de 2019 o nível de cobertura foi de 109,57%, ao nível do valor de 2018.
  - c. O peso da despesa corrente na despesa total, é de 80,89% em 2019, ao nível do valor de 2018.
  - d. Cenário contrário verifica-se no peso das despesas de capital na despesa total, que de 19,06% em 2018 aumenta ligeiramente para 19,11% em 2019.
  - e. O peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes diminuiu ligeiramente de 54,42% em 2018 para 53,39% em 2019.
  - f. As despesas de capital equivaleram em 2019 a 23,63% das despesas correntes, situando-se ligeiramente acima dos 23,55% de 2018.
  - g. O peso do serviço da dívida (juros + amortizações) na despesa total teve uma diminuição ligeira de 5,15% para 5,11%.
  - h. O peso dos investimentos nas despesas de capital (aquisições de bens de capital) teve um ligeiro acréscimo de 45,78% em 2018 para 46,25% em 2019.





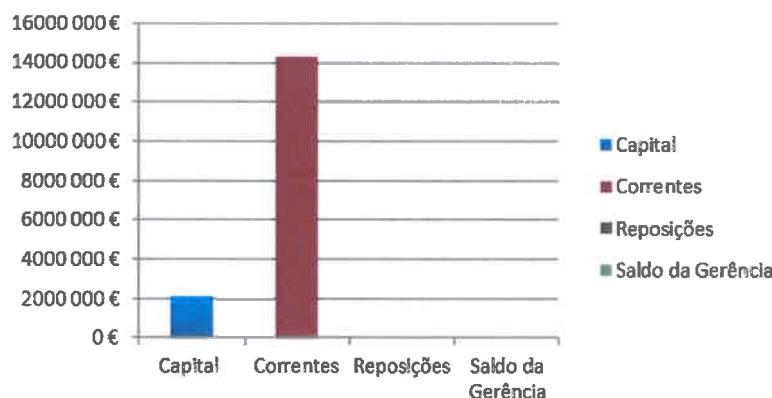
## 5.5 Análise das Despesas e Receitas Municipais

### 5.5.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em 2019:

Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final ano	Mapas da Receita 2019 (€)	
							2018	2019
Capital	3 952 031	20,29%	106 278	2 144 136	12,93%	99 832	52,92%	54,25%
Correntes	15 394 753	79,04%	638 040	14 326 252	86,42%	640 123	91,85%	93,06%
Reposições	27 000	0,14%	69	3 623	0,02%	69	113,89%	13,42%
Saldo da Gerência	103 572	0,53%	0	103 572	0,62%	0	100,00%	100,00%
<b>Total</b>	<b>19 477 356</b>	<b>100,00%</b>	<b>744 387</b>	<b>16 577 584</b>	<b>100,00%</b>	<b>740 024</b>	<b>85,08%</b>	<b>85,11%</b>

- Das receitas previstas corrigidas, foram executadas 54,25% das de capital e 93,06% das correntes, sendo que a execução global da receita de 85,11%.
- Se comparada a execução da receita com a de 2018, verifica-se que a execução global passou de 85,08% em 2018 para 85,11%, em 2018, o que se traduz num acréscimo de 0,04%.
- A execução da receita encontra-se no limite dos 85%. Este limite se não for ultrapassado em dois anos consecutivos pode trazer, ao abrigo do art.º 56º da Lei 73/2013, consequências financeiras para o Município, consequências de que o Município, para já, está afastado por a sua execução da receita ser superior ao limite definido.
- Graficamente, a execução da receita, apresenta-se do seguinte modo:



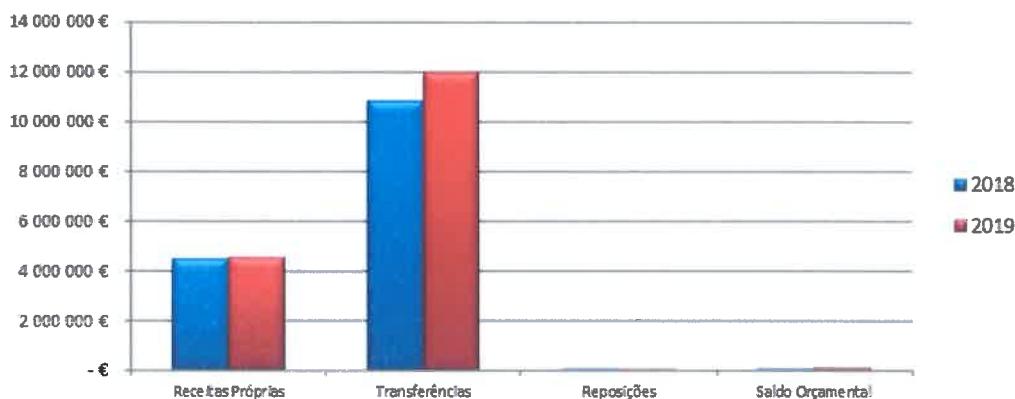


A

5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2018 e de 2019 apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	2018	2019	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	4 459 903	4 523 862	63 959	1,43%
Transferências	10 842 192	11 946 526	1 104 333	10,19%
Reposições	22 777	3 623	-19 154	-84,09%
Saldo Orçamental	73 505	103 572	30 068	40,91%
<b>Total</b>	<b>15 398 378</b>	<b>16 577 584</b>	<b>1 179 206</b>	<b>7,66%</b>

6. O que graficamente se apresenta como se segue:



7. Continua a verificar-se um forte peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2018, 70,41% do total e, em 2019, 72,06%.
8. Para as receitas do ano, ainda que em menor valor, contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 0,48% em 2018 e 0,62% em 2019.
9. No cômputo geral, a execução da receita em 2019 teve um comportamento superior ao do ano de 2018.

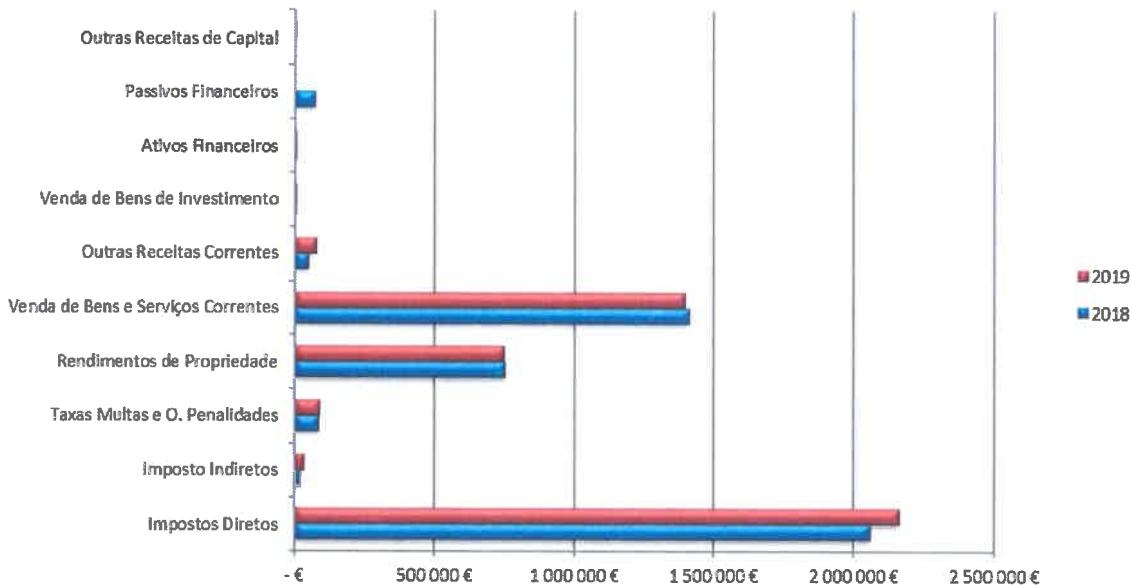




10. Quanto às receitas próprias apresentaram o seguinte grau de execução nos anos de 2018 e de 2019:

Rubricas	RECEITAS PRÓPRIAS		Variação	
	2018	2019	Real (€)	%
Impostos Diretos	2 062 894	2 166 029	103 135	5,00%
Imposto Indiretos	22 064	34 466	12 402	56,21%
Taxas Multas e O. Penalidades	84 481	89 742	5 261	6,23%
Rendimentos de Propriedade	752 657	747 669	-4 989	-0,66%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 414 836	1 399 052	-15 783	-1,12%
Outras Receitas Correntes	49 097	77 009	27 912	56,85%
Venda de Bens de Investimento	1 097	4 920	3 823	348,39%
Ativos Financeiros	1 200	750	-450	-37,50%
Passivos Financeiros	71 577	0	-71 577	-100,00%
Outras Receitas de Capital	0	4 225	4 225	-
<b>Total</b>	<b>4 459 903</b>	<b>4 523 862</b>	<b>63 959</b>	<b>1,43%</b>

11. O que graficamente se traduz em:





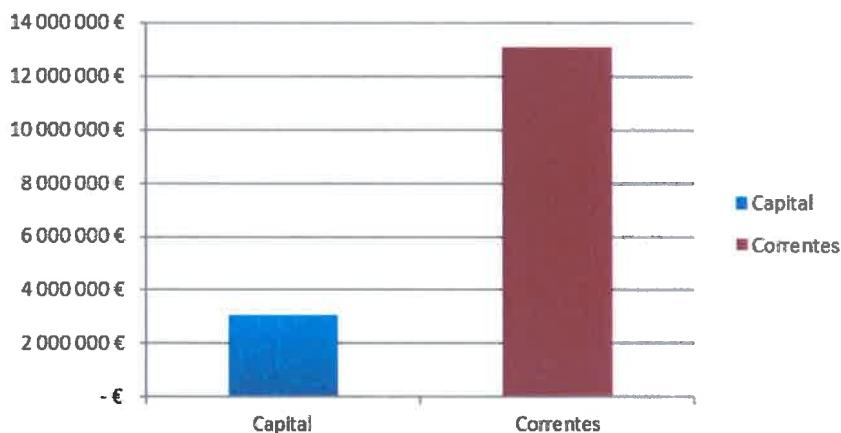
/

### 5.5.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2018 e de 2019:

Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2018	2019
Capital	5 063 583	26,00%	12 897 756	3 089 336	19,11%	1 616 655	70,12%	61,01%
Correntes	14 413 773	74,00%	25 057 386	13 074 927	80,89%	1 233 408	88,85%	90,71%
<b>Total</b>	<b>19 477 356</b>	<b>100,00%</b>	<b>37 955 142</b>	<b>16 164 263</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 850 063</b>	<b>84,55%</b>	<b>82,99%</b>

2. O que graficamente se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da Despesa foi de 82,99% em 2019, abaixo da execução de 2018 que foi de 84,55%. A despesa líquida de capital paga foi de 61% da dotação para o ano. Em 2018 havia sido de 70,12%. Já a despesa corrente paga foi de 90,71% em 2019 contra 88,85% em 2019.

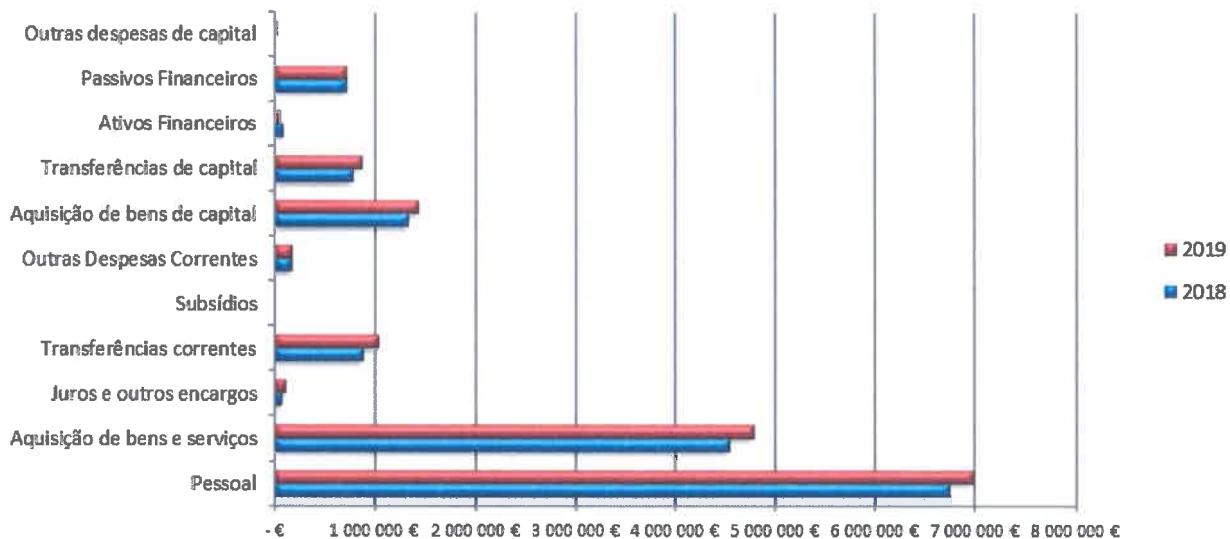




4. A estrutura da Despesa Municipal em 2018 e em 2019 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Rubricas	2018	2019	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	6 740 253	6 981 176	240 923	3,57%
Aquisição de bens e serviços	4 538 728	4 781 797	243 069	5,36%
Juros e outros encargos	65 818	105 729	39 911	60,64%
Transferências correntes	878 974	1 042 000	163 026	18,55%
Subsídios	0	0	0	-
Outras Despesas Correntes	161 849	164 225	2 375	1,47%
<b>Correntes</b>	<b>12 385 623</b>	<b>13 074 927</b>	<b>689 305</b>	<b>5,57%</b>
Aquisição de bens de capital	1 335 389	1 428 883	93 494	7,00%
Transferências de capital	778 299	866 103	87 804	11,28%
Ativos Financeiros	80 323	53 549	-26 774	-33,33%
Passivos Financeiros	722 935	720 801	-2 134	-0,30%
Outras despesas de capital	0	20 000	20 000	-
<b>Capital</b>	<b>2 916 946</b>	<b>3 089 336</b>	<b>172 390</b>	<b>5,91%</b>
<b>Total</b>	<b>15 302 569</b>	<b>16 164 263</b>	<b>861 694</b>	<b>5,63%</b>

5. O que, graficamente se traduz em:



6. Relativamente a 2018:

- As despesas com Pessoal subiram 3,57%;
- A aquisição de bens e serviços subiu 5,36%;
- Os juros e outros encargos aumentaram 60,64%;
- As transferências correntes subiram 18,55%;
- As aquisições de bens de capital cresceram 7%;





- f. As transferências de capital aumentaram 11,28%.
7. Continua elevado peso das despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam 43,19% do total em 2019, contra 44,05% em 2018. Em termos reais tiveram um acréscimo de 240.923€.
8. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2018, 29,66% do total das despesas. Em 2019, situaram-se em 29,58%.
9. Os juros e outros encargos aumentaram, passando de 0,43% em 2018 da despesa total para 0,65% em 2019.
10. As transferências correntes pagas subiram de 5,74% do total da despesa em 2018 para 6,45% em 2019.
11. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas totais de 8,73% do total das despesas pagas em 2018, para 8,84% em 2019.
12. As transferências de capital relativamente a 2018 passaram de um peso relativo de 5,09% para 5,36%.
13. Os passivos financeiros pagos desceram o seu peso relativo na despesa total (4,72% em 2018 contra 4,46% em 2019).





## 5.6 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2019, é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Plano Plurianual de Investimentos 2019 (€)					
	Ano	Montantes Previstos	Anos Anteriores	Montantes Executados	Nível de Execução	Ano
		Anos Seguintes		Ano		Global
MOUR@INVEST	2	30 000	0	0	0,00%	0,00%
Valorização do Ensino	56 654	168 320	360 511	51 112	90,22%	70,30%
Ação Social	29 822	59 500	30 849	17 820	59,75%	40,50%
Gabinete de Apoio às Freguesias	86 850	240 000	231 537	86 815	99,96%	57,01%
Planejar e projetar	511 984	386 900	390 453	113 305	22,13%	39,07%
Requalificação Urbana e Património	748 598	7 969 200	3 818 197	618 614	82,64%	35,39%
Funcionamento e manutenção de equipamentos	271 981	282 750	744 782	105 091	38,64%	65,40%
Ambiente e Espaços Verdes	9 858	53 000	70 613	5 756	58,39%	57,22%
Património Imobiliário	49 419	174 000	56 367	49 413	99,99%	37,81%
Equipamento Básico e Administrativo	330 824	1 101 000	501 124	265 945	80,39%	39,68%
Aquisição de Bens e Serviços	206 778	476 500	859 261	142 450	68,89%	64,94%
Outros Programas	895 444	1 696 823	52 165	52 604	5,87%	3,96%
Proteção Civil	27 689	8 000	46 723	6 773	24,46%	64,91%
Imposições Legais	53 550	270 000	401 614	53 549	100,00%	62,77%
Promover o Desenvolvimento Económico	29 944	2 000	490	0	0,00%	1,51%
<b>Total</b>	<b>3 309 397</b>	<b>12 917 993</b>	<b>7 564 687</b>	<b>1 569 246</b>	<b>47,42%</b>	<b>38,39%</b>

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2019 representa 47,42% do total previsto para o ano.

3. As rubricas que mostraram maior índice de execução no ano são:

- a. Património Imobiliário (99,99%);
- b. Gabinete de apoio às freguesias (99,96%);
- c. Valorização do ensino (90,22%);
- d. Requalificação Urbana e Património (82,64%).

4. O nível de execução Global do PPI está nos 38,39% em finais de 2019.





## 6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

*"2- (...) a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos."*

*"4- Para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente á divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo."*

2. E no artigo 83º:

*"Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente á divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."*

3. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 734.867 euros, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Prazo do contrato em anos	Anos remanescentes	Capital		Dívida no final do período	Dívida no final do período a 31/12/2013	Amort média empréstimos
			Contratado	Utilizado			
0519000023/387/0019	25	10	143 364	143 364	21 325	53 236	5 324
0519/000026/887/0019	20	7	748 497	748 497	0	326 999	0
40056139507	25	13	1 496 394	756 112	54 975	384 125	29 548
56043117079	20	8	934 911	934 911	259 994	694 248	86 781
5902298977828	17	5	1 246 995	685 191	94 012	319 643	63 929
9015/000321/087/0019	20	8	1 246 995	1 246 995	159 109	628 185	78 523
300/03	10	10	1 040 000	1 034 123	303 033	648 529	64 853
770018313	17	10	1 344 100	1 344 100	553 453	1 027 841	102 784
2221963830003	20	17	4 640 000	1 950 000	1 204 412	1 892 647	111 332
02-0141-001135	8	7	154 202	154 202	12 103	154 202	22 029
04-0254-000642	12	11	893 391	779 454	395 082	779 454	70 859
003200495295140	10		184 000	184 000	106 972		18 400
003200495295160	15		806 000	806 000	339 552		53 733
003200495396060	10		150 000	150 000	123 529		15 000
003200495396090	15		295 000	176 577	156 957		11 772
Total			15 323 849	11 093 526	3 784 508	6 909 109	734 867

4. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:





<b>Equilíbrio Orçamental 2019</b>	
Receita corrente bruta Cobrada	<b>14 356 888</b>
Despesa corrente paga	13 074 927
Amortização emp <sup>os</sup> ML Prazo	734 867
<b>Total</b>	<b>13 809 794</b>
<b>Excedente</b>	<b>547 094</b>

5. O Município apresenta equilíbrio orçamental.

## 7. CONTROLO INTERNO

Em 2019 mantinha as características vindas de anos anteriores. Assim, mantém-se o nosso entendimento que:

### 7.1 Funcionamento

O seu funcionamento continua muito limitado. De uma forma genérica, carece de atualização e a sua aplicação deve ser implementada de forma clara. Assim:

#### 7.1.1 Quanto aos procedimentos administrativos:

- A correspondência avençada deve ter carimbo de conferida e ser assinada por quem a vistoria.
- Todos os documentos em papel devem ser registados e assinados por quem os emite.
- Os relatórios sobre diversos assuntos, com mais do que uma página, devem conter, em cada uma delas, a identificação do serviço, a data e o assunto, bem como assinatura.
- Deve ser assegurada a confidencialidade dos documentos internos em suporte informático.
- Existindo no âmbito do *software* utilizado pelo Município aplicações que permitem o circuito, tratamento e arquivo digital do Município, este deve encarar a introdução desses procedimentos com o objetivo de facilitar e melhorar o conjunto dos procedimentos administrativos.
- Deve ser salvaguardado o conteúdo da proteção de dados conforme lei em vigor.





#### **7.1.2 Quanto à gestão financeira, patrimonial e de custos:**

Devem ser inventariados, com rigor, todos os direitos e obrigações do Município.

#### **7.1.3 Quanto às dívidas de e a terceiros:**

Devem ser implementados procedimentos de reconciliação periódica das contas de terceiros.

Desta reconciliação deve passar a existir a produção de relatório que evidencie a sua realização.

#### **7.1.4 Quanto ao Imobilizado:**

- Mantém-se a necessidade de rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate e deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.
- Deve existir cadastro permanente e atualizado dos bens que carecem de registo, e em caso de falta do mesmo, relatório que justifique a sua falta.

### **7.2 Outros aspectos a ter em conta**

- Devem ser implementados procedimentos de atualização anual dos valores porque os ativos do Município estão seguros, e proceder ao seguro de todos eles. Constatase que, mesmo ao nível dos Imóveis, com ou sem registo em nome do Município, existem bens não seguros.
- As fichas do imobilizado devem ser completadas com a informação das apólices de seguros.

## **8. FACTOS SUBSEQUENTES**

A 2 de março de 2020 foi confirmado o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus Covid-19, mantendo-se à data deste relatório uma situação de pandemia provocada pela doença.

Não nos foi possível estimar os custos associados às medidas adotadas pelo Município de Moura de proteção da população e dos seus trabalhadores, conforme referido no ponto 9.2 do Relatório de Gestão.





## 9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

## 10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.

## 11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que sem Reservas e com uma Ênfase.

### 11.1 Reservas

Sem Reservas

### 11.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetam como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como Município as considera, mas a entendimentos externos.

a) De acordo com a nota 9.2 do Relatório de Gestão, estão em curso medidas de mitigação da pandemia do Covid-19, que podem vir a afetar o funcionamento futuro do Município. Não tendo sido possível estimar, até à data, os custos associados à implementação das medidas sanitárias e económicas de combate aos efeitos da Pandemia, a atividade prevista para o Município pode vir a distanciar-se significativamente das previsões até agora enunciadas no seu Orçamento para o ano de 2020.





### 11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2020 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.

#### Bens Domínio Público

Deve no decorrer de 2020 ser analisado, o imobilizado em curso, para verificar se já estão cumpridos os requisitos para serem reconhecidos como ativo firme, nomeadamente a reabilitação do Bairro do Carmo.

#### Imobilizado Corpóreo

É necessário rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate e deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.

#### Imobilizado Incorpóreo

1. Existem projetos reconhecidos no Património, que não estão a ser amortizados, deverão ser analisados em 2020 e regularizados, de acordo com o novo normativo contabilístico.
2. Com a entrada em vigor do SNC-AP em 2020, devem ser avaliados os itens que correspondem à definição de gastos e de ativos, por forma a que sejam reclassificados de acordo com a norma dos ativos intangíveis, nomeadamente o imobilizado que se encontra em curso.

#### Investimentos Financeiros

No decorrer de 2020, e tendo em consideração a aplicação do novo normativo contabilístico, o reconhecimento da participada Resialentejo EIM, deve ser avaliado, para aferir se deve manter o método do custo ou se deve alterar para o método da equivalência patrimonial de acordo com a NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.

#### Existências

1. Após a análise à antiguidade de bens em inventário constatou-se que existem diversos bens sem rotação nos últimos anos, o seu montante é de 56.744 euros, a provisão constituída pelo Município é de 66.513 euros, assim a provisão poderá estar subavaliada em cerca de 9.500 euros, deve ser avaliado em 2020.





2. No decorrer de 2020 devem ser analisados os procedimentos para tratamento contabilístico dos autoconsumos de águas e perdas/quebras na rede, por forma a que sejam devidamente reconhecidas.

#### **Empréstimos Concedidos**

Deve no decorrer de 2020, ser avaliada a recuperabilidade dos saldos que compõem a conta, para reconhecer ou não imparidade, de acordo com o novo normativo contabilístico a adotar.

#### **Outros devedores**

1. Mantem-se imutável o saldo da conta 2688 "Outros devedores" no montante de 133.2310 euros. Deve no decorrer de 2020, ser avaliada a sua recuperabilidade para concluir sobre a sua possível imparidade.
2. Os saldos de adiantamento por conta de vendas e de devedores por alienação de imobilizado devem ser regularizados.

#### **Fornecedores**

1. Relativamente aos terceiros EDP, RESIALENTEJO e MANOLO & COSTA, permanecem diferenças não materiais, que deverão ser analisadas e regularizadas em 2020.
2. No decorrer de 2020, devem ser analisados os saldos que se mantém imutáveis, no montante de cerca de 13 mil euros, por razões não imputáveis ao Município, nomeadamente por insolvência dos terceiros, por forma a aferir da sua razoabilidade.
3. O saldo de faturas em receção e conferencia deve ser analisado em 2020 por forma a que não esteja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.

#### **Fornecimentos e Serviços Externos**

No decorrer de 2020, devem ser analisados os contratos programas com as entidades participadas, para aferir do seu reconhecimento como fornecimentos e serviços ou como transferenciais correntes, de acordo com o novo normativo contabilístico.

#### **Trabalhos para a própria entidade**

O Município considera necessário melhorar a qualidade proveniente da contabilidade de custos. Por esse motivo os proveitos poderão estar subavaliados.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

## 12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 22 de junho de 2020

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda  
Representada por  
Dr. Luís Guerra Marques-ROC nº 620

